

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Maria Jeane Ferreira¹

Leomarcos Reis Almeida²

RESUMO

A questão ambiental está relacionada a diferentes aspectos, econômico, social, político e cultural, que precisam ser compreendidos em sua individualidade, porém, sem perder de vista o todo, de forma que se identifiquem suas causas e efeitos, a intensidade, a heterogeneidade e o contexto social desse fenômeno na sociedade. O presente artigo busca discutir como a Educação Ambiental é tratada no ensino de Geografia com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Propõe ainda fazer um diálogo epistemológico sobre a relação natureza-sociedade, de modo que o debate das questões ambientais não seja feito de maneira isolada e não reflexiva. A EA deve ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar, devendo ser abordada dentro da Geografia de modo que leve os educandos a refletirem sobre o ambiente em que estão inseridos.

INTRODUÇÃO

Em nenhum outro momento se discutiu tanto a problemática ambiental como na atualidade. Em diversos setores sociais esse tema está presente, nas escolas, universidades, empresas, sindicatos, na mídia e em tantos outros meios, tendo tornado-se quase uma obrigação incluir essa temática na agenda de discussão, mesmo que em certas situações não se tenha clareza de onde se pretende chegar.

É claro que as concepções sobre a questão ambiental que perpassam esse debate são diversas, trazendo contribuições significativas, porém, em muitos casos há muita superficialidade na abordagem, focada, por exemplo, na necessidade de mudança

¹ Graduanda em Geografia- Licenciatura /Universidade Federal de Sergipe/jeaneitageo@gmail.com

² Licenciado em Geografia/Universidade Federal de Sergipe/leomarcos.almeida@gmail.com

comportamental, ou na proposição de soluções puramente técnicas e sem uma reflexão mais aprofundada, o que acaba por vezes empobrecendo o debate.

Diante dessa realidade a Geografia é convidada a trazer a sua parcela de contribuição enquanto corpo científico que deve necessariamente assumir um papel crítico-reflexivo, ampliando a visão da problemática para além dos discursos, relacionando os seus diferentes aspectos e fornecendo assim uma visão da totalidade do problema. Além disso, o fato de a Geografia estar presente na educação básica traz uma responsabilidade maior, pois isso permite ampliar essa discussão para um público ainda em processo de formação e que precisa compreender-se pertencente a esse ambiente social/natural.

Como dito, a questão ambiental está relacionada a diferentes aspectos, econômico, social, político e cultural, que precisam ser compreendidos em sua individualidade, porém, sem perder de vista o todo, que em última instância é o que explica as partes, como afirma Milton Santos (2008) “é a Totalidade que explica as partes” de modo que “o Todo é maior que suas partes”.

Dessa forma, o presente trabalho discute a Educação Ambiental situando a origem dessa problemática historicamente e como essa nas últimas décadas vem ganhando espaço no cenário mundial, bem como no Brasil. Essa retomada é fundamental para compreender em que contexto se deu a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e como a Geografia pode contribuir com esse debate na educação básica.

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Se hoje a questão ambiental está tão em voga, pelo menos nos discursos, é fato que isso nem sempre foi uma realidade. Se observarmos sua história, fazendo um comparativo com a trajetória de degradação dos recursos naturais, nota-se que o movimento em busca da preservação da natureza é relativamente recente.

É necessário compreender que os problemas ambientais surgem em um contexto de separação cada vez mais forte entre o homem e a natureza. Essa dissociação homem-natureza se processa no sistema capitalista da mesma forma que há uma divisão entre os homens na sociedade, Carvalho (2010). Não há dúvida que esse movimento de

distanciamento entre o homem e a natureza é mais intenso à medida que se fortalece esse modo de produção.

A dificuldade em conciliar os interesses econômicos e de preservação ambiental ocorre em certa medida como observa Carvalho (2010) porque a noção de tempo do homem é diferente do tempo natural. O homem cria o seu próprio tempo, um tempo histórico, muito mais veloz que o tempo geológico, aquele onde os fenômenos naturais se processam, ou seja, nesse tempo social a natureza não consegue se reconstituir desse processo de exploração predatória.

Dessa forma, no debate da questão ambiental é comum o discurso de que a preservação do meio ambiente é “responsabilidade de todos” e cabe a cada um individualmente a sua parte no problema. Contudo, é notório que a exploração das riquezas naturais não ocorre de forma equitativa, havendo uma desigualdade na exploração dessas riquezas, entre países e classes sociais, de modo que:

Os recursos da natureza sempre foram mais “dativosos” para os que a possuem. A natureza conhece, na atualidade, um alto grau de privatização e suas benesses são usufruídas diferentemente, não segundo critérios de respeito às individualidades e necessidades humanas, mas, sim, segundo critérios de poder. (CARVALHO, 2010, p. 91).

Não se pretende dizer com isso que o homem vivia em perfeita interação com a natureza, mas que o modo de produção atual vem processando um antagonismo homem-natureza nunca visto, de forma que parece ao homem que a natureza é apenas um recurso à sua disposição, sem se notar pertencente a ela.

Segundo Ross (2011) o homem viveu de forma relativamente harmônica com a natureza enquanto permaneceu num estágio de produtor para sua própria sobrevivência. Essa situação começa a se modificar a partir do momento em que os bens produzidos transformam-se em mercadorias, despertando o desejo de alguma forma de acumulação. Neste sentido o maior ou menor impacto no ambiente natural está diretamente ligado a um modelo econômico, em que,

A intensificação comercial, com o acúmulo de reservas monetárias, fez surgir a ideologia do capital, ou seja, da concentração de riquezas através do ganho pela troca de mercadorias e moedas entre diferentes sociedades humanas (ROSS, 2011, p. 213)

Por esse motivo, fica claro que o momento em que houve maior dilapidação da natureza se dá a partir do final século XVIII, com o advento da Revolução Industrial que inaugurou uma fase de grande desenvolvimento técnico-científico, intensificando a exploração dos recursos naturais para a produção de mercadorias, sem praticamente nenhuma preocupação com a preservação desses recursos. Em verdade como afirma Mendonça (2008),

Nestes aproximadamente duzentos anos de industrialização do planeta, a produtividade de bens materiais e seu consumo se deu de forma bastante acelerada. Como esse processo de industrialização desrespeitou a dinâmica dos elementos componentes da natureza, ocorreu uma considerável degradação do meio ambiente. (2008, p.10)

Por volta do século XX, impulsionado pela crescente industrialização mundial que atinge inclusive os países subdesenvolvidos através da instalação de multinacionais vindas dos países ricos, haverá um fortalecimento do movimento de urbanização, colocando uma pressão ainda maior sobre os ambientes naturais.

Precisou que a natureza desse os primeiros sinais de “esgotamento” para se convencer que se fazia necessário uma política ambiental em âmbito mundial. Essa situação de irracionalidade no trato da problemática ambiental se manteve até meados da década de 1970 quando se começa de forma efetiva a refletir sobre a necessidade de conciliar o necessário desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

Neste sentido, diversos movimentos de viés ambientalistas irão surgir, tanto em âmbito mundial como regional, procurando pressionar por uma nova ótica de produção. Como aponta Loureiro (2009), os diferentes movimentos ambientais surgidos, são também diversos na sua perspectiva sobre a superação da problemática ambiental, tanto nos que diz respeito ao entendimento da origem quanto nos fins pretendidos.

Os primeiros movimentos sociais dispostos a repensar o papel da sociedade frente ao meio ambiente surgem no contexto do pós Segunda Guerra Mundial diante do caos provocado pelo conflito. Tanto o movimento *hippie* que propunha de forma idealista a volta do homem à natureza, quanto o movimento estudantil que impulsionou o Maio de 1968, dentre outros movimentos menos expressivos, todos contribuíram para que se começasse a refletir sobre a problemática ambiental.

Esses movimentos embrionários foram fundamentais para pressionar uma tomada de posição global. Neste sentido a década de 1970 foi um marco mundial em termos de uma maior preocupação com a problemática ambiental, pela realização em

1972 da Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente, em Estocolmo, organizado pela ONU, que teve o mérito de identificar os principais problemas ambientais e apontar possíveis soluções, além da vinculação entre meio ambiente e educação. Apesar disso, tal conferência não surtiu os efeitos práticos esperados, tendo sido realizado a Segunda Conferência somente vinte anos mais tarde, em 1992 no Rio de Janeiro.

Antes disso, em 1975 foi criado na Conferencia de Belgrado numa ação conjunta da UNESCO e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Este significa mais um avanço no sentido de tentar equalizar crescimento econômico e garantia de acesso aos seus benefícios, aliando o combate dos problemas ambientais e sociais como a fome e analfabetismo, compreendendo que o problema da EA transcende os fatos ecológicos, mas se encontra também nas dimensões sociais, políticas e econômicas.

Também se destaca nesse contexto a realização em 1977 da Primeira Conferencia Internacional de Tbilisi (Geórgia, ex-URSS) organizada pela UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Esse evento teve importância para postular a Educação Ambiental formal e informal e para uma maior conscientização a respeito da problemática.

No Brasil não será diferente, a Educação Ambiental tardará a ser incorporada pelo Estado em seus programas oficiais, sendo efetivada somente com a Constituição de 1988 que dedicou um capítulo sobre Meio Ambiente. Esse fato foi essencial para posteriormente ampliar a discussão em torno da EA, a exemplo da lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

A partir desse momento o Brasil ocupa um papel de relativo destaque, principalmente entre os países subdesenvolvidos, no que se refere à busca pela preservação do meio ambiente, tendo sediado importantes eventos mundiais, a exemplo da ECO 92 e recentemente em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A Rio+20 marca os vinte anos da ECO 92 e teve como destaque a participação em evento paralelo, da Cúpula dos Povos, organizada por diversos movimentos sociais que vem criticando a falta de ações práticas para solucionar a atual crise social e ambiental.

Dentro do processo de desenvolvimento da Educação Ambiental encontra-se em 1998 a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais que traz de forma positiva a

inserção da temática em bases mais concretas a partir da inserção enquanto tema gerador, tratando-a de forma interdisciplinar.

GEOGRAFIA: A QUESTÃO AMBIENTAL E OS PCN's

Tida como fruto do processo histórico que envolveu a Revolução Industrial e a ciência moderna, a crise ambiental é resultante da dinâmica dos espaços globalizados, que de acordo com Santos (2008, p. 253) ocasiona interferências no microssistema e macrossistema, o que gera uma “aceleração das relações predatórias entre o homem e o meio”.

Dessa forma, o estudo das questões relacionadas ao Meio Ambiente deve ocorrer em sua totalidade, de forma que se compreendam suas causas e efeitos, a intensidade, a heterogeneidade e o contexto social desse fenômeno na sociedade, tendo em vista que não é possível falar de preservação ambiental sem pensar na necessidade solucionar os graves problemas sociais encontrados nos países, principalmente os países pobres, como afirma Mendonça (2008),

É preciso, primeiramente, resgatar o mínimo necessário à sobrevivência de cada um e a condição de cidadania, absurdamente sequestrada por uma minoria hereditariamente no poder. Falar de meio ambiente em tal contexto não tem nenhuma ressonância. (2008, p.71)

Dessa forma, buscando compreender as contradições existentes na sociedade e analisando as relações do homem como ser social, ou seja, transformador do meio em que vive, é que a ciência geográfica deve atuar, estudando a fundo seu objeto de análise, o espaço geográfico.

Sendo assim, fica claro que o papel que a Geografia deve desempenhar é o de servir de instrumento de análise da realidade, comprometida com a sua transformação. Dessa forma, as relações entre o homem e seu meio constituem o foco de análise no espaço geográfico. Para Moreira (2002, p. 74) essa relação forma uma “unidade orgânica”, mas que está sendo interrompida pelo caráter agressivo que o ser humano tem sobre a natureza, ocasionando problemas de conservação desses recursos.

Em relação à temática ambiental é preciso considerar que a ciência geográfica tem importância fundamental nesse estudo, pois a sociedade e a natureza são seus temas de análise clássicos. A Geografia sempre se preocupou com a temática ambiental, desde

as correntes mais tradicionais até as novas vertentes de pensamento. Sobre o assunto Mendonça afirma,

A geografia é, sem sombra de dúvidas, a única ciência que desde a sua formação se propôs o estudo da relação entre os homens e o meio natural do planeta – o meio ambiente atualmente em voga é propalado na perspectiva que engloba o meio natural e o social.” (2008, p. 22-23).

Dessa maneira, a Geografia mostra-se capaz de subsidiar esse debate sobre a chamada sociedade do consumo e o atual modelo de desenvolvimento, no qual tem se intensificado o uso de forma predatória da natureza.

Todavia, apesar de ter o meio ambiente presente em seu objeto de estudo, isso não significa dizer que ela é a única ciência capaz cumprir essa tarefa, pelo contrário, a problemática ambiental deve ser pensada de forma a envolver os diversos campos do conhecimento, embora, seja evidente através da evolução histórica, o seu comprometimento e responsabilidade com a temática.

Sendo assim, evidencia-se a importância de articular a educação ambiental e a Geografia de modo que se compreendam as relações entre sociedade-natureza, e que se considere o lugar ocupado pelos diferentes grupos sociais, a desigualdade no acesso e uso dos bens naturais e nos efeitos desse processo, buscando analisar o mundo em sua totalidade.

Não se pode restringir a Educação Ambiental a uma perspectiva de mudança comportamental, tendo em vista que na realidade essas medidas, além de paliativas cumprem um papel ideológico, no sentido de ocultar o verdadeiro problema, que está estritamente ligado ao modelo societário cada vez mais global e contraditório, colando a responsabilidade sobre indivíduos que mal tem acesso aos bens necessários á sua sobrevivência.

Tendo em vista as diversas matizes no debate da questão ambiental, é preciso enfatizar a necessidade de uma educação ambiental condizente com práticas sociais transformadoras, entendendo-a como,

...elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade. (LOUREIRO, 2009, p. 23-24)

A fim de auxiliar os profissionais da educação, e em particular os professores e alunos, na tarefa de reflexão e discussão dos aspectos do cotidiano da prática pedagógica, foram elaborados no Brasil os Parâmetros Curriculares Nacionais contendo em seu bojo assuntos considerados socialmente atuais e urgentes, com abrangência nacional e de caráter universal.

Levando em conta tais aspectos, foram pensados dentro dos PCNs os TTs (Temas transversais), que são eles: Ética, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Saúde, Trabalho e Consumo e Meio Ambiente. A proposta de se trabalhar a partir dos temas transversais vem ao encontro de uma nova realidade, um mundo mais complexo, onde é preciso compreender a inter-relação entre os diversos fatores, econômico, social, político e cultural. Destaca-se o tema Meio Ambiente, que além de ser atual e preeminente, consegue abarcar de forma contextualizada essas diversas realidades.

A partir da regulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia é que a questão ambiental ganha maior destaque no espaço escolar, pois de acordo com esse documento a temática deve ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar, e que dentre outros conteúdos e objetivos, deve ser abordada dentro da Geografia de modo que leve os educandos a refletirem sobre o ambiente em que estão inseridos,

Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa/efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio. (PCN, 1998, p.197)

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), uma de suas competências é a de analisar e compreender, interdisciplinarmente, as relações entre preservação e degradação da vida no planeta, tendo em vista a mundialização dos fenômenos culturais, econômicos, tecnológicos e políticos que incidem diretamente na natureza nas diferentes escalas espaciais.

Fazendo ainda um estudo das questões ambientais dentro dos PCN's, a proposta é que a Geografia permita uma visão desses problemas de ordem local, regional e global, através da espacialização dos fenômenos geográficos, levando os indivíduos a compreenderem essa dinâmica, e fornecendo elementos para tomada de decisões, possibilitando as interferências necessárias.

Dessa forma, a Geografia através dos PCN's tem o papel de fazer o aluno perceber-se como parte integrante do meio em que vive, não só observando, mas também refletindo, e interagindo com os elementos da natureza, além de buscar compreender as configurações espaciais presentes no espaço geográfico, como apontam os PCN's,

...a Geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos temas transversais [...], Pois o estudo da Geografia proporciona aos alunos a possibilidade de compreenderem sua própria posição no conjunto de interações entre sociedade e natureza. (PCN, p. 26, 1998)

Partindo desses pressupostos, a Educação Ambiental deve ser trabalhada em sala de aula de maneira que possibilite uma análise aprofundada, que busque compreender as causas e consequências da crise ambiental existente, e que vá além das mudanças comportamentais como afirma Loureiro (2002),

A ausência de crítica política e análise estrutural dos problemas que vivenciamos possibilita que a educação ambiental seja estratégica na perpetuação da lógica instrumental do sistema vigente, ao reduzir o “ambiental” a aspectos gestionários e comportamentais. (2002, p. 13)

Faz-se necessário então, esclarecer que as causas da degradação ambiental e da crise na relação sociedade-natureza não emergem de fatores conjunturais ou do instinto perverso da humanidade, e que as consequências não são apenas do uso indevido dos recursos naturais. Ou seja, tornar-se claro que tais ações decorrem de questões relacionadas ao modo de produção capitalista.

Sendo assim, a abordagem da questão ambiental no ensino de Geografia, deve levar em consideração a transversabilidade do tema e também a interdisciplinaridade presente no mesmo, como aponta o PCN (1998):

A compreensão das questões ambientais pressupõe um trabalho interdisciplinar. A análise de problemas ambientais envolve questões políticas, históricas, econômicas, ecológicas, geográficas, enfim, envolve processos variados, portanto, não seria possível compreendê-los e explicá-los pelo olhar de uma única ciência. Como o objeto de estudo da Geografia, no entanto, refere-se às interações entre a sociedade e a natureza, um grande leque de temáticas de meio ambiente está necessariamente dentro do seu estudo. (p – 46)

Desse modo, fica evidente a importância do papel desempenhado pela educação no processo de conservação dos recursos naturais, porém, deve ficar claro também que esse fazer pedagógico da Educação Ambiental encontra alguns limites, pois na maioria das vezes a análise de tal problemática é feita de maneira isolada e não reflexiva, desconsiderando o contexto e as práticas sociais. Para Loureiro (2009, p. 39), o debate da questão ambiental a partir de modelos prévios, “sem a confrontação de argumentos e o *diálogo epistemológico*”, acaba por banalizar o debate ambiental, não podendo ser visto como um caminho no sentido da integração dos saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda ação humana desenvolve-se num tempo e num espaço (ambiente), e é justamente essa relação entre sociedade/natureza que a Geografia busca analisar. Dessa forma, a escola e a ciência geográfica precisam estar alerta para tratar das questões ambientais de modo mais aprofundado, contribuindo de maneira crítica para a compreensão das causas e consequências provocadas pela atual crise ambiental.

Sendo assim, evidencia-se a importância de se trabalhar com a Educação Ambiental, numa tentativa de compreender as relações estabelecidas entre o homem e seu meio. Porém, para fazer esse trabalho pedagógico não se faz necessário uma nova disciplina no currículo escolar, tendo em vista que o objetivo da Educação Ambiental é trabalhar de forma transversal e interdisciplinar. Pois de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, “a análise dos problemas ambientais envolve questões políticas, históricas, econômicas, ecológicas, geográficas”, não sendo possível compreendê-los e explicá-los pelo olhar de uma única ciência.

É relevante o papel dos docentes, no sentido de desenvolver um projeto pedagógico que englobe a Educação Ambiental numa perspectiva transversal e interdisciplinar, com os diversos conteúdos curriculares. Destacando aqui o papel do conhecimento geográfico, pois o estudo das questões ambientais relacionadas com a Geografia proporciona aos alunos a possibilidade de compreenderem sua própria posição no conjunto de interações entre sociedade e natureza.

Portanto, pensar a problemática ambiental de forma coerente é pensar na complexidade que envolve tal questão, é descartar os discursos superficiais do “politicamente correto” e do “ecologicamente correto”, e fazer um diálogo epistemológico sobre a relação natureza-sociedade, de modo que o debate das questões

ambientais não seja feito de maneira isolada e não reflexiva. A problemática ambiental é uma questão política e como tal deve ser tratada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adilson Ribeiro de. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**: desafios para a sua aplicabilidade. Monografia. Universidade Federal de Lavras, UFLA. 2010.

BORTOLOZZI, Arlêude; FILHO, Archimedes Perez. **Diagnóstico da educação ambiental no ensino de Geografia**. Cadernos de Pesquisa, nº 109, p. 145-171, março/2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, M. B. A Natureza na Geografia do Ensino Médio. In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 9ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

FERREIRA, Philipe Andrade; SILVA, Jéssica de Lima; ROCHA, Paulo César. **O PCN de Geografia e a questão ambiental**: Uma análise a partir das referências bibliográficas do PCN de geografia. Revista Geonorte, Edição Especial, V.3, N.4, p. 251-261, 2012.

FONSECA, Valter Machado; BRAGA, Sandra Rodrigues; CICILLINI, Graça Aparecida. **A Educação Ambiental como possibilidade de unificar saberes**. Revista Terra Livre. Presidente Prudente. Ano 23, v. 1, n. 28. p. 239-256. Jan-Jun/2007.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. – 3. Ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Teoria social e questão ambiental: Pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Valeriê Cardoso. **As Concepções de ambiente e Educação Ambiental dos professores de Geografia do Ensino Médio**. Geoambiente On-line, v. 15, p. 45-71, 2010.

MENDONÇA, F. A. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo, Contexto, 2008 – 8ª Ed.

MOREIRA, R. **O que é Geografia?**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002, 113 p.

ROSS, J. L. S. A Sociedade Industrial e o Ambiente. In: Jurandyr Luciano Sanches Ross. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2011.

SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Geografia, educação ambiental e complexidade frente aos desafios do mundo contemporâneo.** Revista Geonorte, Edição Especial, V.4, N.4, p.155 – 174, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 4. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. – (Coleção Milton Santos; 1)